

**Título** - “A questão da Defesa Nacional no parlamento brasileiro (1891-1921)”.

Renato Luís do Couto Neto e Lemos  
LEMP/UFRJ

**Temática geral** - "Relações civis-militares”

Esta comunicação visa apresentar resultados parciais de pesquisa em andamento no âmbito do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre a contribuição do debate parlamentar para a elaboração das linhas fundamentais do pensamento estratégico sobre Defesa Nacional no Brasil republicano até 1967, ano em que a noção de Segurança Nacional se torna a referência central da Constituição e da legislação especial de defesa do Estado. Pretende-se, também, discutir uma alternativa de equacionamento da relação entre agentes políticos civis e militares no período, de forma a submeter ao crivo histórico o paradigma das *relações civis-militares*. Para isso, examinam-se pontos de identidade e distanciamento entre formuladores civis e militares de concepções de defesa nacional. O marco inicial da comunicação é o ano em que entra em funcionamento ordinário o primeiro Congresso republicano brasileiro, cujas atividades foram marcadas por questões que envolviam o papel das instituições militares na defesa do Estado, com destaque para a instrumentalização política dos regulamentos disciplinares e penais. O marco final leva em consideração o Decreto n.º. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, que regulou a repressão ao anarquismo e expressou uma perspectiva de defesa nacional que aliava a preocupação com a soberania à repressão política.